

COMUNICAÇÃO

O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

José Guilherme Ribeiro
Professor do Departamento de História da UFOP

1- Informações gerais

O Arquivo Histórico da Câmara municipal de Mariana está localizado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da universidade Federal de Ouro Preto. Acha-se aberto das 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00.

Seu acervo reúne documentos produzidos, recebidos ou recolhidos pela Câmara Municipal ao longo de quase 300 anos de existência. A organização atual do acervo foi desenvolvida pelos professores do ICHS/UFOP e a documentação encontra-se desde maio de 1994 sob a guarda da Instituição, mediante convênio de empréstimo válido por um prazo prorrogável de cinco anos.

2-Histórico

O trabalho de organização e classificação do acervo da Câmara Municipal surgiu como parte do projeto de elaboração do *Guia e Tipologia dos Documentos de Mariana*. A equipe, coordenada na época pelos profs. Ronald Polito e José Guilherme Ribeiro, deparou com um conjunto de cerca de 600 volumes não organizados, guardados em uma sala anexa ao plenário da Câmara. Imediatamente elaborou-se um projeto de classificação e identificação preliminar do acervo.

O trabalho foi desenvolvido no meses de setembro a dezembro de 1986, e concluído terceiro bimestre de 1987. O procedimento adotado baseou-se no modelo empregado na época pelo Grupo de Identificação de Fundos internos do Arquivo Nacional: os volumes foram numerados sequencialmente e seu conteúdo registrado em fichas apropriadas. As informações recolhidas diziam respeito ao título do documento, datas, balizas, cargo ou instância produtora, e informações complementares. A partir desses dados foi possível reconstituir a estrutura da documentação e a sua divisão em grandes grupos. A preocupação primordial do trabalho era com a identificação do acervo, de modo que não se procedeu ao arranjo físico da documentação.

Ao longo da trabalho, foi incorporado ao acervo um conjunto de cerca de 200 volumes, até então guardados em um galpão no pátio da Prefeitura. O restante da documentação existente neste galpão foi deixada para tratamento posterior.

Uma vez completado esse trabalho, o arquivo retornou à guarda da Câmara Municipal de Mariana. Entre 1990 e 1991 foi designada uma funcionária responsável pelo arquivo. Essa funcionária desempenhou trabalhos complementares de organização de acervo, etiquetando os volumes e registrando a lápis, nas folhas internas de cada volume, o seu número de registro e a data de tombamento. Entre 1992 e 1993 foi designada outra funcionária para o Arquivo, iniciando um trabalho de encadernação dos volumes em pior estado de conservação, trabalho que continua sendo desenvolvido.

Em 1993 o arquivo foi transferido para uma sala do ginásio Poliesportivo de Mariana. A precariedade das novas instalações levou os profs. Ronald Polito e José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima a propor à Câmara Municipal a assinatura de um convênio transferindo o acervo para o prédio do ICHS/UFOP. tendo sido aprovado, o convênio foi assinado em 13 de maio de 1994, sendo imediatamente feita a mudança do acervo.

3. Organização e instrumentos de pesquisa

Os volumes catalogados do acervo da Câmara Municipal de Mariana encontram-se distribuídos num conjunto de quatro estantes, ordenados e numerados sequencialmente. Como já ficou mencionado, não foi feito o arranjo físico dos documentos, de modo que a numeração segue a ordem que os livros foram encontrados. O estado de conservação é, e, geral, bom, destacando-se alguns volumes que necessitam de urgente trabalho de restauração.

O Arquivo conta com três instrumentos de pesquisa: O *Guia e Tipologia de Documentos de Mariana*, o fichário do acervo e uma *Súmula*.

O *Guia e Tipologia...*¹, organizado pelo professor Ronald Polito é um documento amplo, que descreve os acervos e tipos documentais existentes nos arquivos de Mariana. Na seção relativa à Câmara Municipal, traz uma nota sobre a administração Municipal nos séculos XVIII e XIX, contendo um histórico da cidade de Mariana e dados sobre a

¹ POLITO, Ronald (org). *Guia e Tipologia dos documentos de Mariana*. Mariana: UFOP, 1989

organização e estrutura interna da Câmara de Vereadores. Segue-se uma descrição do trabalho de identificação do arquivo, e uma análise sumária do seu acervo. A segunda parte do trabalho - "Tipologia dos Documentos" - traz uma relação dos tipos documentais existentes nos arquivos da cidade - inclusive os do arquivo da Câmara - com informações referentes ao seu formato e conteúdo mais comum.

O fichário do acervo foi elaborado durante o trabalho de identificação preliminar. Traz uma identificação sumária dos volumes, indicando o seu título, datas balizas, cargo ou instância produtora, referência para a "Súmula" (v. adiante), número de série (classificação) e número de volume (posição na estante). Volumes que apresentavam a reunião de tipos diferentes de documentos tiveram seu conteúdo desdobrado em fichas diferentes, sendo esse desdobramento assinalado em campo apropriado.

A *Súmula* é um instrumento elaborado por Waldemar de Almeida Barbosa e que contém a descrição minuciosa de uma série de volumes do acervo da Câmara. Durante o trabalho de organização foi possível estabelecer a correspondência entre uma parte dos volumes e sua descrição na *Súmula*. Essa correspondência foi assinalada nas fichas de cadastramento, permitindo a utilização de *Súmula* como instrumento de pesquisa auxiliar. A consulta a este instrumento pode trazer informações complementares àquelas levantadas no fichário de classificação.

4. Descrição do acervo

O acervo reúne 809 volumes catalogados, cobrindo um período que vai de 1711 a 1971 - especialmente concentrado nos séculos XVIII e XIX. Constatou-se a existência de três fundos documentais: os documentos da Câmara Municipal de Mariana, os da Prefeitura Municipal de Mariana e os da Coletoria Estadual. Os documentos referem-se a todas as áreas de atuação destes órgãos, como a contabilidade interna, cobrança de impostos, correspondência recebida e expedida, atas, etc. As tabelas em anexo trazem uma descrição detalhada dos fundos e séries encontrados² (v. tabelas 1, 2 e 3)

² - cf. POLITO (org). *Op. cit.* p 13-14. Notar que, nas tabelas, a soma das colunas "n° de livros" é igual a 0898, sendo superior, portanto, ao número de volumes identificados (809). Essa diferença deve-se aos desdobramentos feitos durante a classificação. As reticências entre datas balizas indicam a existência de lacuna(s) superior(es) a 20 anos de documentação

Além destes, existem ainda cerca de 150 caixas contendo documentos avulsos. Este material, proveniente do antigo galpão da Prefeitura, ainda não sofreu nenhum tipo de tratamento ou identificação.

Foram localizados ainda 47 códices da Câmara Municipal de Mariana no Arquivo Público Mineiro. São volumes que abrangem o período de 1712 a 1885, e compõe-se de atos régios, atos de autoridade da Capitania, documentação interna da Câmara, etc. O catálogo destes volumes foi publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXVIII, 1977. Também a Casa Setecentista de Mariana possui em seu acervo alguns livros pertencentes à Câmara. Há ainda notícia da existência de material pertencente ou relativo à Câmara em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional, etc.

5 - Divulgação e utilização.

A organização do Arquivo da Câmara deu ensejo à publicação de trabalhos que descrevem seu acervo ou que, na análise da documentação disponível para determinados temas de pesquisa, fazem referência à sua documentação.

Quanto ao primeiro aspecto (descrição do acervo), podemos citar a edição do *Guia e Tipologia dos documentos de Mariana*³, bem como a publicação de artigo relativo ao mesmo tema na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, em 1990.⁴ Escrito por Joaci Pereira Furtado e Ronald Polito, o artigo descreve a elaboração do *Guia*, e dá ênfase especial ao trabalho de organização de acervo da Câmara e à descrição de seu conteúdo. Traz ainda considerações sobre possíveis desdobramentos do trabalho, tanto no âmbito da organização e complementação do acervo, quanto no que diz respeito ao projeto de Tipologia de Documentos.

Quanto ao segundo aspecto (temas de pesquisa), pode ser citado o artigo de Jair de Jesus Martins e Laura de Mello e Souza.⁵ O artigo contém a transcrição e comentários a respeito de quatro termos de matrícula de enjeitados de meados do século XVIII, encontrados na documentação da Câmara. Três destes documentos condicionada

³ POLITO, Ronald. (org). Op cit.

⁴ FURTADO, Joaci Pereira & POLITO, Ronald. "Da organização de acervos à descrição de fontes: um guia para os documentos de Mariana" *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.31, p.217-226, 1990.

⁵ MARTINS, Jair Jesus & SOUZA, Laura de Mello e. "O Senado da Câmara e as crianças expostas: documento inéditos e considerações sobre Minas Gerais no século XVIII" *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.31, p. 207-16, 1990.

adoção de expostos ao fato de não ficar demonstrado que sejam mulatos, e o quarto documento registra a reescravização de um enjeitado, depois que ficou demonstrado ser ele filho de uma escrava. Ao comentar os documentos, Laura de Mello e Souza faz uma apresentação do problema de criação de crianças expostas no Brasil - especialmente Minas Gerais - e chama a atenção para o aspecto inusitado e aparentemente ilegal, do comportamento da Câmara de Mariana. A autora procura ainda contextualizar estes documentos, avançando algumas hipóteses explicativas.

Ainda nessa linha podemos citar o trabalho de Renato Pinto Venâncio⁶, publicado em 1992. O artigo faz um balanço das fontes disponíveis para o estudo das instituições de assistência às crianças abandonadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, privilegiando instituições como a Santa casa de Misericórdia e as Câmaras Municipais, e faz referência aos livros de matrícula de expostos pertencentes à Câmara de Mariana.

A análise de alguns dados permite avaliar o grau de utilização dos documentos da Câmara. O *Registro de Assinaturas de pesquisadores* do arquivo dá-nos uma idéia da distribuição das consultas do acervo. O levantamento refere-se ao período que vai de maio de 1990 a fevereiro de 1994, e deve ser analisado com cuidado. Em primeiro lugar por não ser sistemático. Só depois da transferência do arquivo para a UFOP (maio/junho de 1994) foi adotada a prática de registrar regularmente seus usuários. É impossível avaliar o número de visitantes que não assinaram o *Livro*, mas ele certamente é razoável. Em segundo lugar, porque os registros dos livros correspondem às visitas, e não aos pesquisadores a. Isso distorce o resultado da amostra, na medida em que o mesmo pesquisador pode fazer várias visitas ao Arquivo no âmbito do mesmo trabalho. Tendo em vista essas limitações, a tabulação dos dados mostra o seguinte quadro:

Instituição	Consultas
UFOP	190
UFSC	3
UFRJ	2
USP	2
UFMG	2
Paraná	1
Não ident.	2
Total	202

⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. "Les institutions d'assistance aux enfants abandonnés au Brésil - XVIII e XIX^e siècles: un bilan des sources" *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 19, p. 9-24, 1992.

Nota-se - o que é natural - uma grande concentração de usuários ligados à UFOP. Este número deve estar bastante superestimado, em função da distribuição das visitas por usuário. Por outro lado pode-se notar também uma certa diversidade quanto a à origem dos pesquisadores de outras universidades, abrangendo com Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. De qualquer modo, tendo em vista que os dados abrangem um período de cerca de quatro anos, mesmo levando em conta possíveis distorções é inegável a constatação de que o Arquivo Histórico ainda está sendo pouco utilizado.

A presença do Arquivo Histórico, além de outros arquivos da cidade tem permitido um contato mais próximo dos graduandos em História da UFOP com as fontes documentais.

Algumas disciplinas utilizam a documentação do Arquivo como material de trabalho. Os alunos de Instrumentalização para o Estudo de História, por exemplo, ministrada pelo professor Ronald Polito, são levados a conhecer os arquivos da cidade, inclusive o Arquivo da Câmara, e tomam contato com o trabalho de identificação realizado e com a documentação do acervo.

Podemos citar ainda as disciplinas de Gestão Documental I e II, oferecidas pelo professor Ângelo Alves Carrara. Essas disciplinas visam dar ao aluno um contato inicial com a documentação dos séculos XVIII e XIX, e desenvolvem - no que se refere à documentação da Câmara - trabalhos como a construção de séries de dados a partir dos dados dos Censos Demográficos.

No segundo semestre de 1994 será oferecida outra disciplina semelhante, ministrada pelo professor Renato Pinto Venâncio. O plano inicial prevê um primeiro módulo dedicado ao estudo da estrutura e funcionamento da Câmara e um segundo módulo dedicado ao estudo da documentação, explorando as diversas funções da Câmara: econômica (livros de receita e despesa), política (atas da Câmara), administrativa (livros de posturas municipais), assistencial (livros de matrícula de expostos) e repressiva (documentos da cadeia e relativos à fuga de escravos).

Pode-se citar ainda a experiência da professora Andrea Lisly Gonçalves, que tem trabalhado na orientação de monografias de bacharelado, e busca incentivar a seleção de temas que utilizem o material do arquivo. A variedade de temas é grande, englobando aspectos como os da organização do espaço urbano nos séculos XVIII e XIX, a cobrança de tributos (fiscalismo), as festividades de caráter religioso ou promovidas pelo poder público, a questão da ordem pública

e das relações entre senhor e escravo, questões relativas ao abastecimento, etc.

As iniciativas desenvolvidas em disciplinas e em atividades de orientação, porém, não tem conseguido até agora resultar na produção de um número razoável de trabalhos monográficos. Numa consulta ao acervo do Laboratório de Pesquisa Histórica encontramos apenas uma monografia, apresentada em 1990, que utiliza fontes do Arquivo da Câmara.

Trata-se do trabalho de Francisco Eduardo Andrade.⁷ Seu objetivo é reconstituir as características sócio-econômicas do grupo de "roceiros", ou seja, o grupo social dedicado à agricultura de subsistência, mercantilizada ou não, no âmbito da economia de Minas Gerais (1830-1850). Para tanto foram utilizados dois tipos de fontes: a lista de habitantes da Freguesia de São Caetano de 1833, e os inventários e processos-crimes relativos aos indivíduos citados no Censo, pertencentes ao Arquivo da Casa setecentista de Mariana. A partir do cruzamento das informações fornecidas por estes documentos, foi possível recolher dados sobre a estrutura fundiária, métodos e cultivos agrícolas, relações sociais, etc.

Finalmente podemos registrar a existência de trabalhos externos à Instituição, e que fazem uso das fontes do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Não foi feito um levantamento sistemático nesta área, mas mesmo assim pudemos encontrar publicações de autores como Laura de Mello e Souza⁸, Luciano Figueiredo⁹ e Ida Lewkowics.¹⁰ As séries utilizadas são as mais variadas, passando pelos livros de matrícula de escravos, livros dos termos de prisão, registro de editais,

⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Roceiros em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX: características sócio-econômicas - o caso da Freguesia de São Caetano*. Mariana: UFOP, 1990 (Monografia de Bacharelado)

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. "O Senado da Câmara e as crianças expostas" In: PRIORE, Mary del (org) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, p 28-40. trata-se de uma versão modificada do artigo publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, citado acima.

⁹ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1989. (dissertação de mestrado).

¹⁰ O avesso da memória: estudo do papel, participação e condição social da mulher no século XVIII mineiro. Rio de Janeiro: s.e., 1984. (relatório final de pesquisa - Fundação Carlos Chagas -

O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

¹⁰ LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos de igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII E XIX)*. São Paulo. USP, 1992 (tese de doutoramento)

livros de acórdãos e vereadores, livros de matrícula de expostos e relações de habitantes.

Um balanço Geral da Utilização do Arquivo Histórico não pode deixar de registrar, que apesar das iniciativas em contrário, ele ainda tem sido insuficientemente explorado. A sua transferência para a UFOP é um fator positivo, que pode alterar em parte este quadro. Isso não exclui a necessidade de outras iniciativas, que visem a divulgação e o incentivo à sua utilização.

6- Perspectivas.

A transferência do arquivo da Câmara municipal de Mariana para a UFOP oferece a possibilidade de sua consolidação, tanto do ponto de vista institucional quanto da complementação dos trabalhos já iniciados. Quanto ao primeiro aspecto, destacamos a elaboração do Regimento Interno do arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, visando sua institucionalização definitiva.

O Arquivo Histórico pretende ainda, dando seguimento às atividades de divulgação do seu acervo, publicar um livro em 1996, quando da comemoração dos 300 anos da fundação da cidade de Mariana. Este trabalho deve reunir uma coleção de material iconográfico referente ao município, bem como a reprodução e transcrição de um conjunto de documentos selecionados do Arquivo da Câmara.

A complementação dos trabalhos relativos ao acervo envolve, ao nosso ver, diversas tarefas.

Em primeiro lugar é necessário proceder à identificação e organização do material ainda não tratado. São cerca de 150 caixas de documentos, encontrados durante o trabalho de identificação preliminar. Trata-se de uma documentação em péssimas condições de preservação, reunindo folhas avulsas, pedaços de códices, formulários impressos (nem sempre preenchidos), etc. Não obstante um exame inicial destes documentos justifica o trabalho de organizá-los. Estão ali uma boa quantidade de processos do cartório eleitoral, documentos referentes à arrecadação de impostos pela Prefeitura e material complementar à parcela já identificada do acervo (censos, documentos relativos a expostos, correspondência, material de contabilidade, etc.)

Outro trabalho a ser desenvolvido é o resgate de partes do acervo recolhidas a outras instituições como o Arquivo Público Mineiro, Casa Setecentista de Mariana, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Arquivo Nacional, etc. Uma parte destes documentos, já localizada, foi citada anteriormente. a localização do restante depende

ainda de trabalho específico. A recuperação deste material pode ser feita por duas vias: ou pelo retorno direto do mesmo à guarda do arquivo Histórico, ou pela obtenção de cópias microfilmadas das coleções pertencentes a outras instituições.

Finalmente, resta ainda estabelecer uma política de recolhimento sistemático do material produzido pela Câmara e pela Prefeitura ao arquivo Histórico. Trata-se enfim, de implantar uma política de gestão documental, envolvendo o poder público municipal, com vistas à preservação de sua memória.

Documento	Datas	Nº de Livros
Acórdãos	1711...1824	07
Aferições e cabeças	1799...1848	12
Aguardentes (registro)	1774-1808	23
Alistamento de Eleitores	1833-1915	62
Almoçataria (registros)	1716-1799	10
Arrematações e contratos	1715-1924	11
Atas diversas	1832-917	09
Atas de eleições	1822-1926	86
Atas de sessões da C. Municipal	1839-1961	25
Cadeia Municipal (refer. a)	1720...1890	08
Canhenhos do Procurador	1772-1899	37
Carnes (registro)	1774-1819	18
Cartas de Exame de Ofícios e de		
Licença (registro de)	1737-821	05
Censos diversos	1821...1920	03
Coletoria Municipal	1893-1909	08
Corresp. Expedida	1758...1931	09
Corresp. Recebida	1711-1889	36
Despesa	1746-1927	13
Diversos	1725-1947	20
Editais (registros)	1736...1930	04
Expostos (matrícula)	1765-1883	07
Fianças e Coimas	1735-1756	10
Foros (livros de)	1711-1942	31
Funcionários (pagto)	1871...1931	04
Guarda Nacional	1831-1850	08
Habitantes (relações de)	1819-1833	04
Imposto Predial	1911-1941	07
Impos., Taxas, Multas Diversas	1769...1935	09
Inventários de Bens e Tombos da		

Câmara	1747-1782	07
Juramento de Posse (termos)	1767-1947	10
Linhas da Câmara	1778-1890	27
Miscelânea	1730-1964	64
Penas d'água	1853-1930	07
Posturas	1733-1768	03
Provisões, Patentes e Sesmarias (registro de)	1725-1819	15
Quinto (livros de)	1721-1739	06
Receita e Despesa	1712-1947	40
Receita de Despesa dos Distritos		
Resolução e Leis	1895-1930	07
Tesouraria Municipal	1881-1936	05
	1895-1911	06
Total		683
Documento	Datas	Nº de livros
Almoxarifado	1934-1971	05
Atas diversas	1937-1949	03
Balancetes	1933-1951	03
Contabilidades Diversas	1934-1950	03
Correspon. Exped. e Receb.	1931-1970	13
Decretos, Leis, Portarias e Editais		
Despesa	1931-1966	07
Diversos	1931-1962	28
Escolas (referentes a)	1928-1970	12
Funcionários da Prefeitura (ponto de)	1929-1969	07
Impostos e Taxas)		
Receita	1932-1971	03
Receita e Despesa	1931 -1968	08
Receita e Despesa dos Distritos	1931-1968	12
Tiro de Guerra	1933-1963	09
	1931-1951	05
	1937-1940	05
Total		123

Documento	Data	Nº de livros
Indústria e profissões	1889-1954	22
Imposto de Bebidas	1919-1938	08
Imposto Territorial	1921-1966	30
Imposto Territorial Rural (inclui índices)	1938-1955	16
Imposto Territorial Rural, de Indústrias e profissões do produtor rural e de vendas e consignações do prod. rural.		
Impostos e Taxas diversos	1939-1950	07
Outros	1923-1952	04
	1922...1971	05